

DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA NO CONTEXTO ESCOLAR

Paulina dos Passos Jordão Santana¹
Sileide Mendes da Silva²

RESUMO

A deficiência Múltipla em escolas públicas é uma realidade que deve ser discutida. Pensando nessa proposta, o presente trabalho surgiu como reflexão para discutir se as crianças com deficiência encontram escolas com metodologias apropriadas para que haja um ensino adequado que venha de encontro às suas necessidades. A relevância do tema surgiu por observar às necessidades que crianças com deficiências enfrentam para encontrar uma escola com ensino adequado. Nessa perspectiva, os professores precisam aprofundar em uma busca constante de conhecimentos, recursos e estarem preparados para a chegada de alunos com deficiência sabendo trabalhar de forma que não exclua esse aluno.

Palavras-chave: Educação, Inclusão, Deficiência múltipla.

INTRODUÇÃO

No ambiente escolar, cada criança precisa ser avaliada sobre suas dificuldades e sobre suas potencialidades. É essencial que haja acompanhamento multidisciplinar que inclua ações integradas entre escola e família facilitando o processo de aprendizagem.

Pensando nessa proposta, o presente trabalho surgiu como reflexão para se observar as necessidades que crianças com deficiência enfrentam para encontrar escola com metodologias apropriadas para que haja um ensino adequado. A relevância do tema surgiu por observa às necessidades que crianças com deficiências enfrentam para encontrar uma escola com ensino adequado. Nessa perspectiva, os professores precisam aprofundar em uma busca constante de conhecimentos, recursos e estarem preparados para a chegada de alunos com deficiência.

Assim, surge o questionamento do que é deficiência múltipla e como as escolas públicas pode fazê-lo para melhora? Considerando pessoas com deficiência múltipla aquele que tem mais de uma deficiência simultaneamente seja deficiência intelectual, física ou ambas

¹ Graduada em Pedagogia pela Faculdade Alfredo Nasser – UNIFAN (REMANSO BAHIA). Coordenadora do CENTRO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO IRMÃ JOANA GASPARIM (CAEE), Remanso Bahia, paulinapassosjordao@gmail.com;

² Professor orientadora: Mestre em Ciências da Educação. Graduada em Pedagogia (UESPI-PI) e Matemática (UNEB-BA). Pós graduada em Coordenação Pedagógica; Ensino da Matemática; Educação Infantil; Psicopedagogia Clínica e Institucional. Professora e coordenadora no Colégio Municipal Ruy Barbosa, Remanso Bahia. Professora da Faculdade Alfredo Nasser-UNIFAN (REMANSO BAHIA), sileidemendes.uneb@gmail.com.

consideradas. Nas escolas públicas devem ter acesso a recursos diferenciados, adaptação do espaço, atividades, jogos e equipamentos específicos.

Como objetivo o trabalho visa compreender as dificuldades que uma criança com múltipla deficiência enfrenta no ambiente escolar. Especificamente, definir o que é deficiência múltipla e analisar os direitos das crianças com deficiência múltipla de enfrentar a escola.

METODOLOGIA

Optou-se pela pesquisa bibliográfica por autores que abordassem sobre o processo inclusivo de crianças com deficiência múltiplas. A grande vantagem dessa pesquisa é o fácil acesso a material e conteúdo que facilita o desenvolvimento da própria pesquisa.

A pesquisa incidiu num estudo de pesquisa descritiva que tem como objetivo descrever e conhecer o fenômeno.

A pesquisa descritiva descreve as características de uma população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Abrange o uso de técnicas uniformizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. É uma forma de levantamento. (MATIAS 2007)

Foi assim realizado um levantamento bibliográfico com uma breve revisão de literatura nas principais bases de dados objetivando obter conhecimentos e resolver o problema da pesquisa.

De acordo com Prestes (2005) “a pesquisa bibliográfica é aquela que se efetiva tentando-se resolver um problema ou adquirir conhecimentos a partir do emprego predominante de informações provenientes de material gráfico, sonoro ou informatizado”.

REFERENCIAL TEÓRICO

A DEFICIENCIA MULTIPLA EM ESCOLAS PÚBLICAS

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em garantir que todos os alunos (a)s aprendam juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas de seus estudantes, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todo (a)s através de currículos adequados, de boa organização escolar, de estratégias pedagógicas de utilização de recursos e de cooperação com as respectivas comunidades à educação (UNESCO, 1994, p. 11-12).



Não se podem minimizar as dificuldades que uma criança com deficiência múltipla enfrenta atingir esse objetivo. Ao mesmo, não se podem ignorar os prejuízos que resultariam de abrir mão em atingi-lo. Deve a escola encontrar caminhos alternativos e eficientes para apoiar essas crianças na superação de suas dificuldades, dando-lhes oportunidades de sucesso real e de conquistas na vida acadêmica, até mesmo quando apresentam outras deficiências associadas (CARVALHO, 2000, p. 66).

De modo geral, essa proposta de estudo busca compreender a deficiência múltipla dentro do ambiente escolar público, apresentando estratégias que auxiliam na construção do processo de Ensino aprendizagem, enfatizando as facilidades e dificuldades que os alunos e professores lidam constantemente em relação às particularidades de cada indivíduo, Além disso, tem um intuito de dias por bases fundamentais para o processo de inclusão escolar, destacando a necessidade de um envolvimento equilibrado por parte dos membros da escola, assim como pelos familiares de determinados estudantes.

De um modo geral, Sousa e Tavares (2011) destacam que deficiência inclui a incapacidade relativa, total ou parcial de desenvolver atividades comuns à maioria das pessoas. Sendo assim, uma criança com necessidades educacionais especiais precisa ter o seu processo de ensino aprendizagem mediada por novas práticas pedagógicas que promovam o seu desenvolvimento.

Trazendo assim a responsabilidade do professor para que estimule as habilidades da criança, onde proporcione uma equidade.

MEC (2000) traz algumas contribuições referentes aos aspectos de desenvolvimento do deficiente múltiplo, segundo o qual o desenvolvimento da criança depende de três fatores principais: individuais, sociais e ambientais. Uma criança com deficiência múltipla apresenta variação tanto nas causas quanto nos efeitos da deficiência. A deficiência múltipla está incluída no que diz o texto do decreto nº 3.298 de 1999 que dispõe sobre os direitos individuais e sociais da pessoa com deficiência. Art 3º:

I - Deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

II - Deficiência permanente – aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; e

III - Incapacidade – uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida. (BRASIL, 1999)

A lei garante os direitos das crianças que possui deficiência múltipla, nesse sentido é visto que existe algumas fases da deficiência, ou seja, varia de cada um, não tem ao certo uma definição de cada pessoa, pois para ser considerado uma deficiência múltipla a criança deve ter duas ou mais.

A conjunção e características para se afirmar a multiplicidade, vem de alguns fatores Rossi (2012, p. 7) apresenta algumas dimensões da deficiência múltipla:

Física e Psíquica; Deficiência física associada à deficiência mental; Deficiência física associada a transtornos mentais; Sensorial Psíquica; Deficiência auditiva associada à deficiência mental; Deficiência visual associada a deficiência mental. Deficiência auditiva associada a transtornos mentais; Sensorial e Física; Deficiência auditiva associada à deficiência física; Deficiência visual associada a deficiência física, Física, Psíquica e Sensorial

Deficiência física associada à deficiência visual e à deficiência mental Deficiência física associada a deficiência auditiva e à deficiência mental; Deficiência física associada à deficiência auditiva e à deficiência visual. Essas são algumas combinações que são mais registradas entre as crianças, não significa que sejam nessa sequência e nem nessa mesma combinação (CARVALHO, 1996)

INTERVENÇÕES NA DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Tendo como público alvo Alunos com deficiência, o Atendimento Educacional Especializado recebe alunos que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, na comunicação ou estereotípias motoras.

Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas, intelectual, acadêmica, liderança, psicomotoras, artes e criatividade.

As intervenções são realizadas por meio de estimulação cognitiva, sensorial e motora.

De acordo com a necessidade do aluno é feito todo um planejamento voltado para que o mesmo tenha suas habilidades exploradas, que assim possa extrair o que cada um tem de melhor.

Geralmente são utilizados jogos pedagógicos e ludicidade para atingir esse objetivo, tendo em vista as necessidades do aluno cabe ao professor de AEE buscar estratégias que colaborem na eficiência de realizar essas atividades.

Têm por Objetivos Específico Realizar o Atendimento Educacional Especializado-AEE; identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos para estudantes com deficiência. As salas atenderão alunos de inclusão de todas as unidades. Promover a identificação das habilidades e necessidades educacionais específicas do aluno; planejamento das atividades a serem realizadas; avaliação do desenvolvimento e acompanhamento dos alunos; oferta de forma individual ou em pequenos grupos; periodicidade e carga horária; e outras informações da organização do atendimento conforme as necessidades de cada aluno, através do AEE; Trabalhar em parceria com a sala de aula regular (MEC, 2018).

Surge ainda no discurso da gestora a importância da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), quando destaca a parceria do Atendimento Educacional Especializado às crianças com necessidades educacionais especiais. A SRM, funciona como um recurso a mais para o desenvolvimento e aprendizagem das crianças com algum tipo de limitação, através de recursos tecnológicos diversificados, essas salas têm capacidade para atender a qualquer tipo de necessidade especial. (SALOMÃO; SOUZA, 2012).

ORGANIZAÇÃO E PRÁTICA NO PROCESSO DE TRIAGEM

ATENDIMENTO INICIAL: Recebimento de documentos pessoais; será encaminhado para o setor de TRIAGEM;

SETOR DE TRIAGEM: Assistente social: Onde será realizado uma coleta de dados social; Avaliação Psicopedagógica e Neuropsicopedagógica;

Terapeuta ocupacional: Sala de AEE.

MATRÍCULAS: Serão matriculados os alunos mediante avaliação do quadro pela equipe multiprofissional, respectivamente: Assistente Social, Psicopedagogo, Neuropsicopedagogo, Terapeuta Ocupacional e Psicólogo;

Documentação: da criança e do responsável legal; Relatório escolar; Laudo ou relatório clínico – CASO O TENHA. A Faixa etária de 3 a 17 anos devidamente matriculados na escola comum;

A avaliação psicopedagógica no setor de triagem, tem como propósito compreender como o indivíduo aprende e com quais desvios pode estar lidando nesse percurso. Partimos da compreensão de que os obstáculos enfrentados pelos atendidos acaba impedido - os de atingir seu potencial. Assim, a busca pela compreensão de como anda o processo vai trazer luz e tornar palpável as melhores saídas para lidar com esses problemas de aprendizado.

Assim irá identificar as causas dos problemas encontrados, na elaboração de hipótese diagnóstica, realizar encaminhamentos necessários a confirmação das hipóteses levantadas, compreender a origem de qualquer dificuldade experimentada pelo atendido no que diz respeito à aquisição de conhecimento, contribuir na construção de um plano de atendimento junto aos professores de AEE, na implementação de um meio adequado para cada caso, realizando de fato uma investigação do caminho da aprendizagem com um aprendente, realizando nesse processo orientações à família e a escola comum, complementando o atendimento multiprofissional.

SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO A EQUIPE PEDAGÓGICA E GESTORA DA ESCOLA COMUM

Ao término da Triagem, realizado momento de orientação e elaborado em parceria com os professores e gestão da escola comum de nossos atendidos com o intuito de conseguir traçar o perfil dos estudantes, adaptações necessárias.

Depois de inseridos os alunos são acompanhados por visitas semanais, quinzenais ou mensais. A frequência depende do perfil e da necessidade do aluno.

Essa metodologia participativa permite obter dados e informações preciosas para que o trabalho desenvolvido tenha êxito e desenvolva resultados positivos de acordo com a proposta para atender e orientar aos professores com excelência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação inclusiva é uma causa que tem muitos envolvidos, vem sendo cada vez mais discutida e mostrando a sociedade a necessidade da mesma. Existem as leis que embasam a luta que vem de muitos anos.

Como o autor Salomão destaca a importância das Salas de Recursos Multifuncionais, na contribuição, da vida do aluno possibilitando um leque de oportunidades e métodos de explorar as habilidades das crianças, podendo adquirir uma excelência em muitas atividades desenvolvidas.

O MEC traz com clareza os direitos que foram conquistados e quais os objetivos devem ser alcançados diante do cenário escolar. Na perspectiva de AEE, a educação inclusiva teve e tem seus altos e baixos, mas tem cada dia mais se firmado.

Souza e Tavares (2011) trazem uma discussão onde a deficiência pode ser considerada parcial, já que algumas habilidades das crianças podem ser exploradas e ter um resultado positivo em relação às perspectivas propostas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os relatos deste estudo, pode-se perceber que há necessidade de mudança e melhorias nas escolas regulares. É preciso que haja transformação no âmbito escolar, tendo uma ação participativa de todos os sujeitos que dela participa.

É necessário que haja qualificação adequada dos profissionais atuantes construindo assim a elaboração de ações metodológicas adequadas, pois a partir daí será possível qualidade no processo de inclusão desses sujeitos.

Fechando a abordagem das considerações, é necessário que haja intervenção desde o projeto pedagógico das escolas às práticas em sala de aula integrando ações participativas entre os professores, a escola e família, levando em consideração as limitações e valorizando o desenvolvimento na aprendizagem.

Os avanços alcançados até aqui são muito significativos e expressivos, ainda sendo necessário muitas evoluções e aceitações do público em geral, uma vez que ainda temos pessoas preconceituosas e incoerentes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC, 2000b.

CARVALHO, Erenice Natália S. **A educação especial: concepção de deficiência**. Brasília, Secretaria de Educação Especial, Ministério da Educação, 1996.

CARVALHO, R, E. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MATIAS, Pereira José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. São Paulo, Atlas, 2007.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. Rio de Janeiro: **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, p.387-405, set/dez. 2006.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia**. 3. ed. São Paulo. Rêspel, 2005.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos. Espanha, 1994**. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>. Acesso em 15 jul. 2021.

SOUSA, Eliza Martins de. TAVARES, Helenice Maria. Acessibilidade da criança com deficiência física na escola. **Revista Católica**. Uberlândia, v. 3, n° 5, 2011. Disponível em: <http://www.catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosn4v2/19-pedagogia.pdf>. Acesso em 12 julh 2021

ROSSI, Fernanda Lima Cro. **Práticas educacionais inclusivas: deficiência múltipla**. Uberlândia, 2012.